



SEGURANÇA

Fuzis são maioria das armas legais

Dados obtidos pelo **Correio** por meio da Lei de Acesso à Informação indicam aumento significativo de armamentos de grosso calibre nas mãos dos CACs. Há mais de 430 mil desses modelos nas ruas

» HENRIQUE LESSA
» TAINÁ ANDRADE

A recente decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, que suspende trechos dos decretos do presidente Jair Bolsonaro (PL) que flexibilizaram as regras para o armamento, não alcançará os portes já concedidos, nem o arsenal já adquirido pelos mais de 630 mil Caçadores Atiradores e Colecionadores (CACs) registrados junto ao Exército Brasileiro até este ano.

O **Correio** solicitou por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) dados sobre a compra, registro e perfil dos brasileiros armados. A entidade responsável por essa regulação, o Exército Brasileiro, afirmou desconhecer dados referentes aos portadores de armamentos.

Em relação aos perfis de registro dos CACs, o Exército informou que não consegue precisar o gênero (homem/mulher), nem a idade na base de dados. Também informou não ser possível segmentar a informação por unidade da federação (UF), pois os dados são agrupados apenas por Região Militar (RM).

Com a justificativa de que o sistema de dados é antigo, argumentou que não é possível realizar o levantamento solicitado. “O Sistema Militar de Gerenciamento de Armas (Sigma) foi implantado em 2003, sendo desenvolvido em linguagem de programação existente na época. Isto posto, o Sigma não foi parametrizado para extrair automaticamente registros constantes no seu banco de dados”, respondeu à solicitação via LAI.

Segundo os dados recebidos, o número de brasileiros registrados como CACs no país por ano saltou de 32.970 registros em 2017 para 198.640, em 2021. Neste ano, o número já chega a 172.470 novos CACs. Quanto ao arsenal, sem contar o estoque anterior, os CACs de 2017 até hoje somam 772.854 armas, das quais 434.715 fuzis.

Grosso calibre

Segundo os dados, a região com maior concentração de registros de fuzis, entre todas as armas registradas pelos CACs, é a 9ª RM.



Arsenal liberado

Dados obtidos pelo **Correio**, via Lei de Acesso à Informação, revelam um aumento significativo do registro de armas de grosso calibre nas mãos de civis a partir de 2018.

Região Militar (RM)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
1ª RM (RJ e ES)	1521	3683	3087	2816	6570	8156	25833
2ª RM (SP)	7607	14779	22148	26167	55171	49238	175110
3ª RM (RS)	7899	12284	13806	20486	31508	20227	106210
4ª RM (MG, exceto Triângulo Mineiro)	1902	2697	3798	7274	16530	13449	45650
5ª RM (PR e SC)	5981	10417	12381	35481	48130	37082	149472
6ª RM (BA e SE)	1190	1928	1968	5050	7445	6321	23902
7ª RM (PE, RN, PB e AL)	537	1525	2796	6319	13878	9784	34839
8ª RM (MA, PA e AP)	250	640	992	3015	7458	6276	18631
9ª RM (MT e MS)	1116	1826	2979	4775	15185	16242	42123
10ª RM (CE e PI)	1335	2121	2753	3959	6949	4568	21685
11ª RM (DF, GO, TO e Triângulo Mineiro)	2900	6721	9923	19016	40846	29831	109237
12ª RM (AM, AC, RO e RR)	369	818	1704	3493	7871	5907	20162
TOTAL	32607	59439	78335	137851	257541	207081	772854

Fonte: Armas registradas em acervo de CAC ano a ano – 2017 A 2022 - Dados Sigma Jul/2022

As informações repassadas pelo Comando do Exército indicam que fuzis respondem por mais da metade das armas adquiridas por brasileiros.

Região Militar (RM)	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
1ª RM (RJ e ES)	2115	1519	1807	3587	4042	13070
2ª RM (SP)	8487	11140	14258	26126	23644	83655
3ª RM (RS)	7645	8625	12900	17418	12548	59136
4ª RM (MG, exceto Triângulo Mineiro)	1731	2270	4632	9144	7363	25140
5ª RM (PR e SC)	7081	7974	22587	28787	22521	88950
6ª RM (BA e SE)	999	983	2368	2997	2626	9973
7ª RM (PE, RN, PB e AL)	778	1141	2676	4321	3234	12150
8ª RM (MA, PA e AP)	559	787	2204	4504	3549	11603
9ª RM (MT e MS)	2008	2599	4213	11572	12695	33087
10ª RM (CE e PI)	1046	1203	1952	2605	1753	8559
11ª RM (DF, GO, TO e Triângulo Mineiro)	5917	7609	14239	26500	20474	74739
12ª RM (AM, AC, RO e RR)	846	1358	2883	5192	4374	14653
TOTAL	39212	47208	86719	142753	118823	434715

Fonte: Quantidade Fuzis entre 2018 e 2022 - Acervo CAC

A região engloba o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, nela há 42.123 armas, das 33.087 são de grosso calibre. Na sequência está a 12ª RM, que representa a região Norte, com exceção do Pará, lá os registros chegam a 20.162 armas, sendo 14.653 fuzis.

O Distrito Federal está dentro da 11ª RM, composta ainda pelos estados de Goiás, Tocantins e a região do Triângulo Mineiro. O DF apresenta o terceiro maior arsenal proporcional de fuzis adquiridos por CACs no país. Ao longo de quatro anos, foram registradas na localidade 74.739 desse tipo de arma. Somente em 2022, essa

região registrou a quantidade de 29.831 armas por CACs, com mais da metade delas fuzis (20.474). Ou seja, há um expressivo número de armas de grosso calibre em regiões nas quais as pesquisas eleitorais apontam a preferência pelo presidente da República, defensor do armamento.

Porte está proibido

A partir desta sexta-feira (30/9) até a terça-feira seguinte (4/10), o porte de armas, mesmo para policiais fora de serviço, é proibido em um raio de 100m dos locais de votação. A determinação do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) de 30 de agosto deste ano se estende a todos estados e ao Distrito Federal. Dessa forma, mesmo os eleitores que tenham porte de arma, não poderão estar armados perto das seções e locais de votação.

O TSE analisa solicitações da sociedade civil que pedem o fechamento dos clubes de tiro no período de 48 horas antes e depois das eleições, a medida resultaria na suspensão total do porte de trânsito dos 630 mil CACs do país, que desde alteração em decretos, passaram a poder portar suas armas muniçada com a justificativa de defesa do arsenal.

As frequentes alterações em decretos de regulação de armamento são, segundo Bruno Langeani, gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, uma tática do governo. “A pulverização de decretos realizada pelo governo Bolsonaro foi intencional para dificultar ações dos outros Poderes e até a compreensão pela imprensa e pela sociedade”, acredita. Aponta ainda que, se confirmado o fechamento dos clubes de tiro durante as eleições, o porte para CACs acaba. “São quase 700 mil pessoas que deixam de andar armadas durante as eleições”, ressalta.

Laudos psicológicos com menor rigor

Um dos elementos essenciais para obter o certificado de registro de CAC é o laudo psicológico. Até 2021, ele podia ser emitido apenas por psicólogos treinados e fiscalizados pela Polícia Federal (PF). Com o decreto nº 10.629, editado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a necessidade de treinamento desses profissionais passou a não ser obrigatória. Assim, qualquer psicólogo com registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP) pode realizar a avaliação para o cidadão que deseja a emissão do registro como CAC.

Anteriormente, o Exército só aceitava, para o registro de CACs, laudos com assinatura de psicólogos credenciados pela PF. A abertura de edital de inscrição para esse processo abre esporadicamente pela internet, sem um intervalo

de tempo definido. O curso é aplicado por psicólogos da própria Polícia Federal.

Eles repassam a parte teórica e o treinamento dos testes a serem aplicados. Os profissionais que desejavam o credenciamento deveriam ter três anos de formação e entregar a documentação solicitada para passar por uma avaliação.

Credenciada desde 2018 pela PF, a psicóloga Isabelle Lavocat, explica que o laudo psicológico dos candidatos a CAC resulta de uma bateria de testes que avaliam a atenção, memória e personalidade, também há uma entrevista semi-estruturada pela Polícia Federal, na qual se analisa o histórico da pessoa. “Tem bastantes pessoas que são consideradas inaptas, geralmente reprovam no teste de atenção por não atingirem a média. Na personalidade também



Nos reunimos com a PF para obter uma orientação técnica e fazer uma orientação em conjunto para regular a prática para o manuseio de arma de fogo e retirada da CAC. Nós temos interesse de que seja qualificada”

Katya de Oliveira,
conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

fica perceptível se há uma agressividade em excesso e impulsividade”, relatou a especialista.

A mudança imposta pelo decreto abriu uma lacuna no processo de reconhecimento da aptidão psicológica, já que alguns profissionais sem o treinamento adequado poderiam ser procurados por cidadãos que buscavam o seu direito de registro de CAC. Com isso, o CRP construiu uma espécie de manual orientativo, decorrente de um Grupo de Trabalho montado entre o conselho e a PF — as Forças Armadas receberam o convite para ser um dos atores no processo de montagem, mas o CRP não confirmou se participou.

“Nos reunimos com a PF para obter uma orientação técnica e fazer uma orientação em conjunto para regular a prática para o manuseio de arma de fogo e retirada

da CAC. Nós temos interesse de que seja qualificada, temos 24 regionais e realidades distintas, por isso organizamos um documento de acordo com o que recebemos na ouvidoria. E tem uma questão firme com os direitos humanos”, explicou Katya Luciane de Oliveira, conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

O trabalho continuou a ser aperfeiçoado pelo CFP já que surgiram algumas especificidades, como, por exemplo, a procura de povos originários por esse direito. “Houve um crescimento na demanda e como a lei fala da avaliação psicológica nesse contexto, os psicólogos também têm feito mais. Tem que ter um caminho dialógico com a Polícia Federal para que tenha um documento que não confronte o outro”, ressaltou Luciane. (HL e TA)

VACINAÇÃO

Poliomielite pode voltar ao país, alerta Opas

» ISABEL DOURADO*

Brasil, República Dominicana, Haiti e Peru correm um risco altíssimo de reintrodução da poliomielite. É o que alerta a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). A cobertura vacinal contra a pólio nesses países tem ficado muito abaixo das metas. Em campanha de vacinação contra a doença, o Ministério da Saúde prorrogou a iniciativa até a próxima sexta-feira, por conta da baixa adesão, com apenas metade da meta atingida; o prazo inicial era o último dia 9. Segundo dados da pasta, até o momento, foram distribuídas pouco mais de 6 milhões de doses, o que representa 52% do público-alvo de quase 12 milhões de crianças.

A campanha nacional contra a pólio busca alcançar crianças menores de cinco anos que ainda não foram vacinadas com as primeiras doses do imunizante. A vacina contra a paralisia infantil é administrada em dois formatos diferentes: injetável e em gotas. A vacina inativada poliomielite (VIP) é um imunizante trivalente injetável em três doses aplicadas em bebês de dois meses (1ª dose) e a partir de quatro anos (2ª dose).

Sequelas

A doença, também chamada de paralisia infantil, tem certificado de erradicação no país desde 1994, mas a baixa cobertura vacinal nos últimos anos preocupa especialistas. Bergmann Moraes, virologista e professor do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB) reforça a importância das crianças tomarem a vacina contra a poliomielite.

“É muito importante levar a criança para vacinar, porque só a vacinação consegue proteger contra esse vírus. As crianças são mais suscetíveis às infecções, que pode gerar sequelas sérias. As pessoas mais jovens não veem mais casos de pólio, então esquecem. É importante sempre alertar que a poliomielite não é uma doença como uma gripe, ela deixa a pessoa paralisada e com sequelas graves. Nos Estados Unidos já têm aparecido casos de paralisia.”

Nenhuma unidade federativa do Brasil alcançou a meta de 95% de cobertura vacinal. Os estados com as maiores coberturas são Paraíba (81,2%), Amapá (74,6%) e Alagoas (72,4%). Os que menos vacinaram foram Roraima (22%), Acre (23%) e Rio de Janeiro (29,5%).

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

» SP tem morte por meningite

A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo confirmou a morte por meningite de uma mulher de 42 anos, moradora da zona leste da capital. Esse é um dos cinco casos de meningite meningocócica do tipo C registrados na cidade entre 16 de julho e 15 de setembro. Os demais casos foram os de um bebê de dois meses e de adultos de 20, 21 e 61 anos de idade. Segundo a prefeitura, foram desencadeadas ações de prevenção e controle e vacinadas 7.400 pessoas na região nos últimos 15 dias.